



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D.O.E. n.º 27.500
da 30/06/93, à pg. 16
do 2º caderno

RESOLUÇÃO N.º 3.229

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 1993,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 71, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,

CONSIDERANDO A COMPETÊNCIA DESTA CORTE DE CONTAS, CONSOANTE DISPÕE O ARTIGO 25 DA LEI N.º 5.654, DE 23 DE JANEIRO DE 1991 (LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ),

CONSIDERANDO QUE REFERIDA LEI DETERMINA, EM SEU ARTIGO 30, INCISO II, QUE AS PREFEITURAS, CÂMARAS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS E MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO DEVEM ENCAMINHAR A ESTE TRIBUNAL ATÉ TRINTA (30) DIAS APÓS ENCERRADO O TRIMESTRE BALANCETES TRIMESTRAIS E ATÉ 31 DE MARÇO DO ANO SUBSEQÜENTE AO EXERCÍCIO ENCERRADO O BALANÇO GERAL,

CONSIDERANDO QUE A NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS PRAZOS LEGAIS IMPLICA EM DECLARAR OS ADMINISTRADORES MUNICIPAIS EM DÉBITO COM O DEVER DE PRESTAR CONTAS DA CORRETA APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO,

CONSIDERANDO QUE HÁ ADMINISTRADORES MUNICIPAIS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO PRESTARAM CONTAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1988, 1989, 1990, 1991 E 1992,

CONSIDERANDO QUE A OMISSÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS OBRIGA ESTA CORTE A TOMÁ-LAS, NA FORMA DOS ARTIGOS 37 E 38 DA LEI N.º 5.654, DE 23.01.91,

Belém-Pará
-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 3.229

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE NA SESSÃO DESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,

RESOLVE:

I - DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS NOS SEGUINTEs ÓRGÃOS MUNICIPAIS:

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGRE, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992;

2 - CÂMARAS MUNICIPAIS DE:

A) MAGALHÃES BARATA, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992;

B) MARAPANIM, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992;

C) PARAGOMINAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1988;

D) PORTEL, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992;

E) SANTA CRUZ DO ARARI, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992;

3 - SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESTRADAS DE RODAGEM DE:

A) MUANÁ, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1990, 1991 E 1992;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-03-

RESOLUÇÃO Nº

B) PONTA DE PEDRAS, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1990, 1991 E 1992;

C) SANTA CRUZ DO ARARI, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1989, 1990, 1991 E 1992;

D) SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1990, 1991 E 1992;

II - AUTORIZAR A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL A CONSTITUIR COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, NA FORMA DO ARTIGO 140 DO REGIMENTO INTERNO, QUE DEVERÁ OBSERVAR O DISPOSTO NO ARTIGO 139 DO REFERIDO REGIMENTO.

III - FICA A COMISSÃO A SER DESIGNADA AUTORIZADA A MANTER CONTATO DIRETO COM AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, BANCOS E OUTRAS ENTIDADES QUE POSSAM FORNECER ELEMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS.

-CONT-

pt

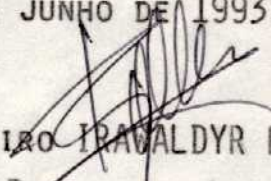


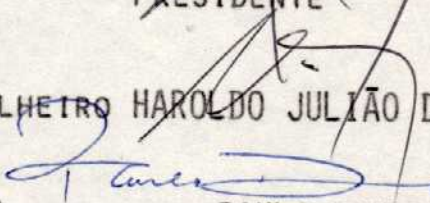
ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

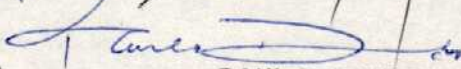
-04-

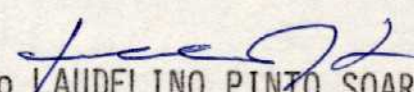
RESOLUÇÃO Nº 3.229


SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO PARÁ, EM 29 DE JUNHO DE 1993.

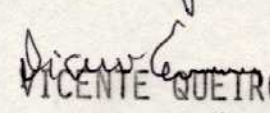

CONSELHEIRO IRAVALDYR ROCHA
PRESIDENTE

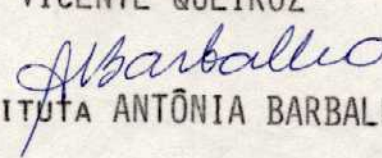

CONSELHEIRO HAROLDO JULIÃO DA GAMA


CONSELHEIRO PAULO DOURADO


CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES


CONSELHEIRO LAÉRCIO DIAS FRANCO


CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ


CONSELHEIRA SUBSTITUTA ANTÔNIA BARBALHO

FOI PRESENTE: PROCURADOR-GERAL EXPEDITO RIBEIRO